



Em colaboração com o colega Marcelo Queiroga, o ministro Milton Ribeiro prepara uma portaria com orientações sobre o retorno dos estudantes à escola. Professores afirmam, no entanto, que só haverá segurança após a imunização completa

Após 450 dias, MEC defende volta às aulas

Carlos Vieira/CB/D.A Press - 12/1/21

» MARIA EDUARDA CARDIM
» GABRIELA BERNARDES*

Empenhados em publicar uma portaria interministerial para orientar o retorno presencial às escolas do país, os ministros da Saúde, Marcelo Queiroga, e da Educação, Milton Ribeiro, voltaram a defender, ontem, a volta dos estudantes às salas de aula. Segundo os gestores, o país está preparado para realizar o retorno de maneira segura e se encontra, até mesmo, atrasado em relação a outros países. Segundo levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o país é uma das nações que passou mais dias com as escolas fechadas. Foram em média 279 dias de suspensão de atividades presenciais durante o ano letivo de 2020, considerando escolas públicas e privadas.

Enquanto isso, dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) indicam que países vizinhos como Chile e Argentina, por exemplo, registraram 199 dias sem atividades presenciais entre 11 de março de 2020 e 2 de fevereiro de 2021. Em países europeus, como França e Portugal, foram contabilizados menos de um trimestre sem aulas presenciais, com a suspensão de 43 e 67 dias, respectivamente.

Ao comentar a situação das atividades presenciais nas escolas do país, Milton Ribeiro disse ter passado por constrangimento durante encontro com os ministros da Educação do G20 sobre o retorno escolar em meio à pandemia. “Eu passei vergonha na reunião do G20 porque praticamente o Brasil era o único país com 450 dias de



Milton Ribeiro, o constrangido: “Passei vergonha na reunião do G20 porque, praticamente, o Brasil era o único país com 450 dias de escolas fechadas”

escolas fechadas. A África do Sul voltou no ano passado às aulas presenciais. E a maior parte dos países do G20 voltaram às aulas presenciais”, disse.

Para ele, a demora no retorno causará diversos problemas. “A perda é acadêmica, emocional e pode até ser considerada nutricional para muitas crianças”, comentou. O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, reiterou a necessidade de reabrir as escolas e disse que “há um absoluto consenso que a vacinação não é pré-requisito para retorno às aulas”. Segundo ele, mais de 80% dos professores já receberam ao menos a primeira dose da vacina.

Segunda dose

Apesar do ministro indicar que não é preciso completar o esquema vacinal com duas doses para colocar os professores nas salas de aulas, os profissionais da educação se manifestaram contrariamente a esta possibilidade. No Rio Grande do Norte, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Rio Grande do Norte (Sinte-RN) comunicou ao governo do estado que a rede estadual de ensino só vai retomar suas atividades presenciais após a segunda dose da vacina contra o novo coronavírus. Para o Sinte-RN, retornar com as aulas neste momento da pan-

demia não leva em consideração os riscos de contaminação existentes no deslocamento para o trabalho e/ou dentro do ambiente escolar, entre outros fatores. “Por isso, os trabalhadores em educação se mantêm firmes na posição de continuarem trabalhando remotamente até que estejam com o ciclo de imunização concluído. E isso só acontece 30 dias depois da 2ª dose de um imunizante”, pontuou o sindicato, em nota.

Em Minas Gerais, os professores da rede estadual de Minas Gerais anunciaram, esta semana, a aprovação de greve de uma semana da categoria, marcada para 12 a 17 de julho. No estado, o re-

torno das aulas presenciais está marcado para a próxima segunda-feira (12/7). De acordo com o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), há riscos sim de novas contaminações e de mais perdas de profissionais da educação, especialmente, em municípios que estão na onda vermelha.

Ricardo Cabral, CEO do Eua Saúde Educação, acredita que é possível retomar às atividades presenciais sem “impactos maiores na sociedade” desde que sejam respeitadas as normas sanitárias. “É importante dizer que em países onde houve o retorno presencial, este não implicou

» Queda geral na mortalidade

Com o avanço da vacinação no Brasil, todos os estados da Federação apresentaram, pela primeira vez no ano, queda nas taxas de mortalidade e incidência. Os dados são do último Boletim do Observatório da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), divulgado ontem, e revelam, ainda, diminuição no número de novos casos e mortes por covid-19. Os patamares, no entanto, ainda são altos. Nas últimas 24 horas, foram acrescentados mais 1.639 óbitos e 57.725 infecções pelo novo coronavírus. Com os registros atualizados, o Brasil ultrapassou os 530 mil vidas perdidas nesta pandemia (530.179). O balanço do Ministério da Saúde também contabiliza 18.962.762 infecções pela doença. A média móvel nacional, no entanto, segue tendência de queda e está em 1.441 mortes e 48.637 casos no acumulado dos últimos sete dias, de acordo com levantamento do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

agravamento das condições epidemiológicas”, apontou. No entanto, ele ressalta que é necessária a revisão destas condições todos os dias. “Números podem mudar, e certamente levar a revisões de condutas sanitárias. Deve prevalecer sempre os entendimentos seguros, provendo controle da pandemia”, indicou.

Os ministros da Educação e da Saúde garantem a criação de uma portaria que estabelece regras para o retorno seguro. A expectativa é de que o documento seja publicado no início da semana que vem.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

» Saiba mais

Vacinação de grávidas no Brasil

» 313.235 gestantes já foram vacinadas contra a covid-19 no Brasil

» 201.452 receberam a vacina da Pfizer

» 63.581 receberam a CoronaVac

» 48.202 receberam a vacina da AstraZeneca

Fonte: Ministério da Saúde

colunistas e Obstetras.

Segundo a ex-coordenadora do PNI Francieli Fantinato, há 70 casos de gestantes vacinadas neste esquema de intercambialidade de vacinas. “Desses 70 casos, nenhuma gestante, no nosso conhecimento, que esteja registrada, foi a óbito”, disse em depoimento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19.

Vacina liberada para grupo específico de gestantes

» MARIA EDUARDA CARDIM

Quase dois meses depois de suspender a vacinação contra a covid-19 de grávidas e puérperas sem comorbidades, o Ministério da Saúde voltou a recomendar, ontem, a imunização deste grupo de mulheres. Apesar do novo posicionamento da pasta, alguns estados já haviam voltado a vacinar gestantes sem comorbidades. Questionado se o ministério está atrasado quanto a recomendação, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga demonstrou irritação e disse que “não houve atraso nenhum”.

A aplicação de vacinas neste grupo estava suspensa desde maio por causa de um evento adverso grave que aconteceu com a vacina da AstraZeneca/Oxford. Dessa forma, o ministério passou a aconselhar a CoronaVac e a Pfizer para a vacinação de gestantes e puér-

peras sem comorbidades. Esses imunizantes já são utilizados para grávidas com comorbidades.

Sendo assim, as vacinas da AstraZeneca e da Janssen não são recomendadas para mulheres grávidas e puérperas, com ou sem comorbidades. “Após a análise dos dados e do debate amplo com os cientistas, houve o entendimento de se voltar a vacinar as gestantes sem comorbidades. Entendemos que não há porque suspender essa vacinação”, disse o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

Apesar do Ministério da Saúde rever a questão somente após dois meses, alguns estados já haviam voltado a vacinar gestantes sem comorbidades. Em São Paulo, por exemplo, a vacinação deste grupo de mulheres foi liberado no início de junho. Questionado se o ministério estava atrasado quanto à recomendação a respeito das grávidas, Queiroga demonstrou

irritação. “Não há atraso nenhum. O que precisa é que haja respeito de todos os entes, de municípios e estados, ao que foi pactuado na tripartite”, respondeu.

Vacinas diferentes

Além de retomar a vacinação para um grupo específico de mulheres, a pasta decidiu que as grávidas já vacinadas com a primeira dose da vacina da AstraZeneca devem esperar para tomar a segunda dose após o puerpério e, com isso, completar o esquema vacinal. No Rio de Janeiro, entretanto, a recomendação é diferente. As gestantes e mulheres que tiveram bebês há até 45 dias e que tomaram a primeira dose da vacina da AstraZeneca poderão completar o esquema vacinal com a segunda dose da Pfizer.

Queiroga alertou que ainda não é seguro determinar a aplica-

ção de uma segunda dose de vacina de outra marca nestas mulheres. “Não há evidência científica acerca de intercambialidade de vacinas em gestantes. Portanto, vamos manter a orientação do Programa Nacional de Imunização (PNI)”, disse o ministro. Ele ainda pediu para que os secretários municipais e estaduais de Saúde não modifiquem as orientações do PNI “por conta própria”. “É claro que secretários estaduais e municipais têm sua autonomia, mas não para mudar o cerne do que foi discutido na política tripartite”, completou.

Ainda sobre o tema da intercambialidade de vacinas contra a covid-19, Marcelo Queiroga informou que o Ministério da Saúde vai patrocinar uma pesquisa para estudar a segurança e eficácia da aplicação da primeira dose da vacina de determinada marca e a segunda dose de outro imunizan-

te diferente. “Hoje mesmo foi aprovada uma pesquisa que o Ministério da Saúde vai patrocinar para estudar a intercambialidade de doses, e essas respostas nós teremos”, disse o cardiologista. Queiroga afirmou que alguns estudos já estão sendo realizados, mas, segundo ele, ainda faltam “evidências mais consistentes” para a adoção dessa medida como estratégia de saúde pública.

A recomendação do Ministério da Saúde de se esperar até 45 dias após o parto para que as grávidas com a primeira dose da vacina da AstraZeneca tomem a segunda dose não é um consenso entre os especialistas. “Esse intervalo maior que três meses não foi validado em ensaios clínicos randomizados e pode estar associado a maior risco de infecção por novas variantes, mais agressivas, como a delta”, diz nota da Rede Feminista de Gine-

Ed Alves/CB/D.A Press - 24/3/21



Nicolelis: brasileiro se tornou professor emérito da Universidade de Duke

Nicolelis busca novos projetos

Referência mundial na neurociência, o médico brasileiro Miguel Nicolelis se aposentou da carreira de professor. Ele passa a liderar um projeto de colaboração internacional com foco em aplicar e disseminar terapias para tratar diferentes doenças cerebrais.

Nicolelis passou quase 40 anos se dedicando à vida acadêmica, sendo 27 deles como professor e pesquisador da Duke University,

na Carolina do Norte (EUA). No último dia 30 de junho, ele se aposentou, tornando-se professor emérito do Departamento de Neurobiologia da faculdade de Neurociências da universidade. A instituição prestou homenagens ao pesquisador brasileiro. “Em qualquer medida, Miguel teve uma carreira científica espetacular com muitas descobertas importantes”, resumiu a instituição.

Entre as pesquisas realizadas por Nicolelis, uma das mais importantes é a descoberta da linguagem dos neurônios. O cientista descreveu como as células cerebrais transformam impulsos elétricos em comandos que podem ser processados por computadores. Nomeada de “interface cérebro-máquina”, a tecnologia é usada para auxiliar, aumentar ou reparar funções cognitivas, motoras e sensoriais.

No Brasil, Nicolelis se destacou ao fazer projeções da pandemia de covid-19. Em março, ele estimou que a doença chegaria a 500 mil mortes em junho, o que se confirmou. Mais recentemente, Nicolelis calculou que o número mortos pela covid-19 no Brasil vai ultrapassar o dos Estados Unidos que, atualmente, somam 606,4 mil óbitos, segundo levantamento da Universidade Johns Hopkins.